

**Raphael Rajão Ribeiro**

Graduado e mestre em História. Chefe do Departamento de Tratamento, Pesquisa e Acesso do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

**Michelle Márcia Cobra Torre**

Graduada em História e Comunicação Social pela UFMG. Mestre em Estudos Literários pela UFMG.

# Educação Patrimonial e o Ensino de História em Instituições Arquivísticas

## Ações educativas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

### INTRODUÇÃO

As ações educativas ainda representam uma atividade que se desenvolve na menor parcela dos arquivos públicos brasileiros. Tradicionalmente entendidos como instituições voltadas para um número restrito de pesquisadores e responsáveis por acervos acumulados no passado – contemporaneamente, valorizados pela sua atuação na adoção dos modernos mecanismos de gestão e de tratamento documental –, os arquivos públicos brasileiros, via de regra,

mostraram-se pouco preocupados com o desenvolvimento de ações culturais de alcance mais amplo, especialmente no que se refere à manutenção de atividades de cunho educativo.

Essa pouca valorização se observa em inúmeros detalhes, desde a pequena preocupação na disponibilização de espaços capazes de abrigar exposições e oficinas, acolhimento de turmas, salas multimídia, locais para lanche, até a raríssima estruturação de serviços educativos, com pessoal próprio. Apesar dessa situação, ainda que

de forma dispersa, as instituições arquivísticas, cada vez mais, têm demonstrado uma preocupação em adotar ações de viés educacional – inclusive em função da demanda constante das escolas.

Porém, no momento em que tais iniciativas estão sendo formuladas, um problema emerge: a partir de que referenciais se pode desenvolvê-las?

Ainda que algumas instituições arquivísticas brasileiras mantenham há anos ações dessa natureza, não há uma divulgação sistemática delas e, tampouco, uma reflexão sobre os pressupostos conceituais que as orientam. Tal afirmação pode ser exemplificada pelo caso de um arquivo municipal que há mais de quinze anos desenvolve atividades educativas: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

Criado no mesmo ano da publicação da Lei Nacional de Arquivos,<sup>1</sup> em 1991, o APCBH surgiu pautado no discurso de defesa da modernização das instituições arquivísticas brasileiras. Tal perspectiva apontava para a importância de uma ação integrada de gestão documental, considerada o grande salto de qualidade necessário para a superação dos problemas enfrentados pelos arquivos públicos das diferentes esferas.

Nessa perspectiva, sua atuação inicial voltou-se para duas grandes frentes: levantamento e recolhimento da produção acumulada pelo município ao longo de quase cem anos<sup>2</sup> e elaboração de uma tabela de temporalidade, que impulsionaria a

implementação de um moderno sistema de gestão documental. Partindo dessas ações básicas, o APCBH, ao longo de seus 21 anos, expandiu sua atuação, estruturando áreas de gestão de documentos, conservação, reprodução, arquivos permanentes, acesso, pesquisa e difusão cultural.

Sobre essa última área de atuação, o APCBH tem tratado a difusão cultural como uma categoria ampla, que engloba ações como: manutenção de canais de comunicação, promoção de palestras, elaboração de exposições, editoração de publicações voltadas para diferentes públicos e atividades de cunho educativo. Vale destacar que a arquivologia brasileira, há muito, compreende que essas atividades reforçam o objetivo primeiro dos arquivos públicos – qual seja, o de “recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais organizados na área governamental” (Bellotto, 2004, p. 227) – e lhes dão projeção na comunidade.

Dentro do que a instituição entende por difusão cultural, o APCBH, desde meados da década de 1990, conta com ações educativas. Mesmo num período de consolidação, em que enfrentava graves problemas de infraestrutura e espaço físico – os quais, ainda que amenizados, persistem –,<sup>3</sup> a instituição iniciou o desenvolvimento de práticas voltadas para a exploração de suas potencialidades educacionais.

Arquivo municipal, amplamente permeável às demandas diretas da população, o APCBH, já em seus primeiros anos, depa-rou-se com a necessidade de desenvolver

ações voltadas especificamente para o público escolar. Além disso, orientado por experiências desenvolvidas em instituições arquivísticas internacionais, notadamente as francesas,<sup>4</sup> percebeu a importância da manutenção de ações educativas regulares, inaugurando uma tradição da casa em práticas dessa natureza.

Apesar de algumas referências esparsas, não se observou no processo de implantação de ações de caráter educativo no APCBH a possibilidade de apropriação de uma baliza conceitual e metodológica estruturada, justamente em função da falta de acesso ao registro de debates teóricos consistentes sobre práticas educacionais em instituições arquivísticas.

Fazendo-se uma análise *a posteriori* da trajetória das ações educativas na instituição, é possível apontar dois campos que, na ausência de um referencial consolidado, orientaram de forma mais marcante as práticas no APCBH: o ensino de história e a educação patrimonial. Ao se examinar as abordagens desenvolvidas nas ações do APCBH, nota-se a presença de proposições teórico-metodológicas dessas duas áreas. Pode-se inferir, inclusive, que tal situação tende a se repetir na realidade de outras instituições arquivísticas.

A presença de historiadores na equipe do APCBH sempre foi grande, o que, certamente, contribuiu para a aproximação entre as proposições da história, como disciplina acadêmica e ensinada, e os projetos de ação educativa da instituição. O referencial das experiências francesas,

em consonância com essa realidade do Arquivo, também corroborou para a maior ênfase na abordagem da instituição e de seu acervo pelo seu valor de evidência para o estudo do passado.<sup>5</sup>

Nem sempre esse diálogo foi deliberado, mas existiu e, em função dele, as ações educativas representam, em grande medida, as discussões realizadas no ensino de história, campo de pesquisa que também se estruturou no Brasil ao longo dessas duas décadas.<sup>6</sup> Nesse período, pôde-se observar, ainda, uma reestruturação do próprio conhecimento histórico escolar e das funções sociais atribuídas à disciplina, mais relacionadas à formação das identidades dos sujeitos, de sua capacidade de leitura histórica do mundo e de sua preparação para o exercício da cidadania, do que à transmissão de conteúdos factuais clássicos.

Dois elementos, fundamentalmente, compuseram o diálogo entre as ações educativas do APCBH e o campo do ensino de história: a incorporação de procedimentos teórico-metodológicos de produção do conhecimento histórico como conteúdo da educação histórica em nível básico, especialmente o desenvolvimento de estratégias de leitura de documentos; e o tratamento da história local como objeto dos estudos da disciplina escolar, indo além tanto das abordagens da periodização quadripartite da história universal, quanto da abordagem do local na perspectiva de que o que está mais próximo – espacial e temporalmente – deve ser estudado antes daquilo que está mais distante.

No contexto da redemocratização, as reformas curriculares da década de 1980, principalmente dos estados de São Paulo e Minas Gerais, apontavam a necessidade de se trabalhar com procedimentos de pesquisa histórica nas práticas de ensino-aprendizagem da educação básica. Segundo Bittencourt (1998), essa orientação foi amplamente incorporada nas propostas curriculares estaduais na década seguinte, sendo oficializada nacionalmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de História para os diversos segmentos de ensino. Tome-se como exemplo o PCN de História para os anos iniciais do ensino fundamental:

Os documentos são fundamentais como fontes de informações a serem interpretadas, analisadas e comparadas. Nesse sentido, eles não contam, simplesmente, como aconteceu a vida no passado. (...) são entendidos como obras humanas que registram, de modo fragmentado, pequenas parcelas das complexas relações coletivas. (...)

A leitura dos documentos, em um trabalho didático, pode implicar a coleta de informações que são internas e externas a eles. (...) O trabalho de leitura de documentos, considerando as particularidades de suas linguagens, é favorável de ser desenvolvido nas séries iniciais do ensino fundamental, principalmente levando em consideração que as crianças pequenas estão tomando contato com as diversas linguagens comunicativas, como língua escrita, matemática e artes (Brasil, 1998, p. 55-56).

No que se refere à história local, as orientações vêm indicando duas grandes contribuições de sua abordagem pedagógica, especialmente no ensino fundamental: a percepção das mudanças e permanências, ao longo do tempo, no entorno do estudante – espaço ao qual ele atribui sentidos afetivos e que ganha conotações de “lugar”; e o trabalho com sujeitos, temas, fontes e questões que não são abordados na “macro-história”, seja ela universal ou do Brasil.

Os professores encontram, no entanto, algumas dificuldades para realizar as orientações relativas ao trabalho com o tema na educação básica. Segundo Caimi (2010, p. 64), as principais delas são a dispersão da documentação a ele relativa; a frequente inexistência de fontes escritas, o que requer um cuidado com o trabalho pedagógico com fontes em diferentes linguagens; a necessidade de se tentar um distanciamento dos sujeitos e dos problemas de uma história recente, cujas implicações políticas são bastante fortes para quem a examina; a quase inexistência de narrativas históricas que sistematizem questões da história local, especialmente acessíveis ao público escolar; a necessidade de relacionar a temática com problemas mais globais, evitando as explicações endógenas e simplistas.

Se por um lado a presença de historiadores na instituição proporcionou uma interface com os debates do campo do ensino de história, por outro, a aproximação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte dos debates do campo da cultura e, mais

especificamente, do patrimônio cultural, implicou a incorporação de alguns conceitos próprios da educação patrimonial.

Ainda que em instituições culturais, especialmente museus, as práticas educativas pudessem ser observadas desde meados do século XX, a incorporação de uma nova perspectiva que propunha a apropriação dos bens culturais por seu valor como patrimônio coletivo e estimulava a sua leitura em seus múltiplos aspectos deu-se de maneira sistemática a partir da década de 1980. Como destaca Paulo Knauss (2011, p. 595):

No Brasil, a mudança de enfoque na relação museu e educação teve também como marco o seminário realizado no Museu Imperial, dedicado a discutir o tema geral Uso Educacional dos Museus e Monumentos. O tema do uso educacional dos museus permitiu, na ocasião, cunhar e fixar o conceito de educação patrimonial e lançar as bases de sua metodologia.

A museóloga Maria de Lourdes Parreira Horta teve papel importante na difusão do termo educação patrimonial e, junto com Evelina Grunberg, foi responsável pela publicação, nos anos 1990, do *Guia básico de educação patrimonial* (Grunberg; Horta, 1999). Editado pelo IPHAN, esse livro difundiu a primeira metodologia do campo no Brasil.

Com uma proposta de apropriação dos objetos dentro de uma lógica de alfabetização cultural, o *Guia* constitui-se em

um manual que apresenta modelos de atividades. Seu sucesso editorial e a grande difusão alcançada acabaram por criar uma associação direta entre a metodologia proposta e o termo educação patrimonial.

Ao longo dos anos 2000, inúmeras propostas de ações educativas associadas ao patrimônio cultural foram desenvolvidas. Para além dos artefatos museais, um sem número de bens e de manifestações foram alvo de práticas educativas, o que ampliou consideravelmente as possibilidades metodológicas do que se entende hoje por educação patrimonial (cf. Pereira, 2011).

Apesar do alargamento de métodos, o pressuposto básico de apropriação do patrimônio cultural em suas múltiplas dimensões manteve-se. Em contrapartida, observa-se um rompimento da perspectiva de uma alfabetização cultural, por meio da percepção de que inúmeros atores, de variadas formas, são agentes legítimos de atribuição do status de patrimônio coletivo aos mais diferentes bens e manifestações culturais. Nessa perspectiva, um novo arranjo se desenha, de modo que as ações de educação patrimonial se inserem numa via de mão dupla, por um lado reforçando o valor de bens consagrados e, por outro, servindo de mecanismo de diálogo entre comunidade e técnicos da área, o que produz um alargamento da compreensão do que é patrimônio cultural.

Portanto, reconhecendo esses dois campos conceituais, o presente artigo objetiva explorar as possibilidades de apropriação, na realização de ações educativas em ar-

quívos, de metodologias e de ideias a eles concernentes. Para tanto, pretende examinar algumas das principais práticas educativas empreendidas pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ao longo de seus 21 anos de existência, identificando em que medida as noções próprias aos campos do ensino de história e da educação patrimonial foram utilizadas nessas atividades.

MOMENTOS DE UMA CAPITAL  
CENTENÁRIA: DOCUMENTOS  
FOTOGRAFICOS PARA PROFESSORES

**A**ções educativas em instituições arquivísticas não precisam necessariamente se voltar para a comunidade escolar. Outros grupos podem fazer parte de atividades dessa natureza. Apesar disso, é inegável a predominância dos estudantes e dos professores como público-alvo das iniciativas de cunho educacional.

Tal situação se deve a um interesse recíproco. As instituições arquivísticas veem alunos e educadores como destinatários preferenciais de possíveis ações e as unidades escolares e seus agentes percebem os arquivos como importantes espaços de conhecimento e pesquisa, com especial interesse nas possibilidades de uso de seus acervos.

Nessa perspectiva, a demanda por reprodução de documentos para uso em sala de aula é recorrente. Percebido como registro do passado referente a algum conteúdo estudado, o acervo proporciona diversas oportunidades de aprofundamento no

trabalho com o tema e de debate sobre as operações do fazer histórico.

Assim, a publicação de reproduções de conjuntos ou de seleções documentais com fins educacionais não é rara. No caso do APCBH, essa modalidade representou uma das primeiras ações educativas desenvolvidas pela instituição. Por ocasião do aniversário de cem anos da capital mineira,<sup>7</sup> em 1997, foi editado o material intitulado *Momentos de uma capital centenária*.

Ele se compõe de dois produtos: um conjunto de 31 pranchas com reproduções de documentos fotográficos de paisagens marcantes da história local, em formato 43 cm x 30 cm, acondicionado em uma caixa/envelope de papel *craft*; e uma caixa de *slides* com imagens de mesma natureza, concebidos para serem projetados em sala de aula, em práticas de ensino-aprendizagem da história local. O material teve ampla distribuição, e foi enviado para escolas de toda a cidade, sendo que a tiragem do conjunto composto pelas pranchas foi maior.

As imagens contidas no material são pertencentes, em sua maior parte, a um acervo fotográfico do APCBH adquirido de um colecionador local. As reproduções apresentam cenas que vão desde o momento de construção da cidade, passando por paisagens da metade do século XX, até registros da década de 1990.

Nessa primeira ação educativa em análise, o que se observa é a perspectiva de difusão do acervo da instituição visando à sua utilização educacional. Selecionado

de acordo com o seu valor para o debate sobre a história da cidade, que completava cem anos, o conjunto fotográfico seria utilizado pelo professor sem uma mediação do APCBH. A atuação da instituição, nesse caso, limitava-se à escolha e à produção do material publicado, já que, ao longo do processo de distribuição, o *kit* era entregue às escolas, sem uma participação mais efetiva do Arquivo.

O projeto *Momentos de uma capital centenária* tinha como pressuposto o potencial do acervo arquivístico para o ensino de história. Publicado em um período no qual os currículos oficiais e o debate acadêmico apontavam para a importância da pesquisa e do trabalho com documentos para a aprendizagem da história, como foi anteriormente destacado, o material visava instrumentalizar o professor, oferecendo reproduções de um acervo acessível apenas na instituição. Esperava-se que, com as imagens fotográficas em mãos, o professor, com sua bagagem teórico-metodológica própria, desenvolveria as atividades específicas.

Como os resultados dessa ação não foram avaliados sistematicamente, não se pode afirmar que ela logrou êxito com relação a esses objetivos. Entretanto, relatos que foram feitos por professores e outros profissionais das escolas indicaram que ao menos um desvio de processo ocorreu: como o *kit* chegou às escolas sem que o público-alvo fosse informado sobre os objetivos a partir dos quais ele foi produzido, boa parte dos exemplares não encontrou o seu destino final. Muitos agentes inter-

pretaram a publicação enviada como um presente, fazendo com que ele nunca chegasse às bibliotecas. Essa situação serviu de parâmetro para as ações educativas futuras, que tiveram uma intervenção institucional mais direta junto ao público.

#### VISITAS MONITORADAS AO APCBH: PRIMEIRO TEMPO

Uma das modalidades de ação educativa mais recorrente em instituições de memória, as chamadas visitas guiadas, são realizadas, há décadas, em boa parte dos museus brasileiros. Esse tipo de atividade pode ser desenvolvido de múltiplas formas. Mais comumente, o foco das visitas destinadas ao público escolar são as exposições. Contudo, outras possibilidades de abordagem são viáveis, como a exploração das reservas técnicas, por exemplo.

Como apontado inicialmente, a maior parte dos arquivos brasileiros não possui uma infraestrutura voltada para a realização de visitas guiadas ou mediadas. Poucos são os que apresentam exposições de médio e grande porte ou que destinam áreas para o acolhimento de turmas e a realização de lanches.

A ausência de acervo em exposição representa um desafio para essas instituições e para os técnicos envolvidos com ações educativas, já que se faz necessário elaborar outras estratégias para atender turmas de visitantes. Muitas vezes, os arquivos se concentram apenas nas chamadas visitas técnicas, destinadas a um público restrito

de estudantes de graduação e profissionais da área.

No caso do APCBH, sua condição de arquivo municipal levava a um contato frequente com o público escolar desde o instante em que sua sala de consultas foi aberta. Tal aproximação e a referência de ações educativas internacionais representaram estímulo para a efetivação das primeiras iniciativas de interlocução direta com os professores e os estudantes.

Antes mesmo da publicação do material *Momentos de uma capital centenária*, o APCBH já desenvolvia projetos educativos que contavam com a mediação direta de sua equipe. Inicialmente restrito pela sua estrutura física – já que, no início dos anos de 1990, mantinha-se em um pequeno conjunto de salas no prédio então ocupado pela Secretaria Municipal de Cultura de Belo Horizonte –, o Arquivo não tinha condições de receber, sistematicamente, turmas de visitantes. Por isso, desenvolveu um projeto que levava uma resumida amostra de seu acervo aos espaços escolares.

Com a mudança, em 1996, para um prédio alugado, criou-se a possibilidade de desenvolvimento de ações educativas na sede da instituição. Assim, desde a segunda metade da década de 1990, a instituição recebe turmas escolares em suas dependências e realiza as “visitas monitoradas”.

Orientadas, inclusive, pela publicação de *Momentos de uma capital centenária*, as visitas monitoradas ao APCBH cumpriam, então, duas funções principais: apresen-

tar a instituição ao público escolar que, naquele momento, representava a parcela mais substancial dos consulentes da casa; e apresentar a trajetória histórica do município, por meio da análise de uma seleção de fotografias, em trabalho didático com a história local.<sup>8</sup>

Pautada em propostas vigentes no campo do ensino de história, ao tratar o acervo fotográfico como documento histórico, a visita se diferenciava da experiência da publicação *Momentos de uma capital centenária* pelo fato de a condução da atividade ficar a cargo da equipe da instituição e não do professor. A realização da visita na sede do APCBH permitia que os alunos tivessem contato não só com o acervo, mas que conhecessem parte do processo que envolve o seu tratamento. Por meio da ação, também eram informados sobre as possibilidades de pesquisa e convidados a retornar à instituição para a realização de seus trabalhos escolares.

As visitas monitoradas ao APCBH eram agendadas pelos professores, ou seja, a demanda partia das escolas para o Arquivo. Apesar disso, muitos educadores optavam pela ida ao APCBH sem mesmo conhecer a instituição, o que dificultava o alinhamento entre as expectativas dos docentes e a proposta da casa.

Com o intuito de qualificar a interação entre o APCBH e os professores, estes eram convidados a participar de visitas técnicas à instituição.

Em 2007, uma nova ação foi implementada com vistas à qualificação das visitas e

à preparação do professor e, consequentemente, dos estudantes, para as visitas ao APCBH. Tratou-se da publicação de uma cartilha intitulada *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*: informação e memória. Composta de 32 páginas, ela apresenta a instituição, suas funções, estrutura e acervo, além de trazer sugestões de atividades didáticas a serem realizadas em sala de aula. Esse material é distribuído a todos os educadores que participam de ações educativas do APCBH, bem como para outros públicos, como estudantes de graduação e profissionais da área que comparecem às visitas técnicas.

Ainda que tangencialmente, essas ações representam uma aproximação de conceitos da educação patrimonial, a qual tem por uma de suas balizas a percepção do bem cultural em seu contexto de preservação, incluindo-se a relação com a instituição de tutela.<sup>9</sup> Nessa medida, ainda que as visitas mantivessem um núcleo pautado nas noções do ensino de história, tanto a formação prévia dos professores, quanto a apresentação do APCBH para os alunos representavam uma primeira tentativa de situar o patrimônio documental.

#### VÍDEO DOCUMENTO: VÍDEO INSTITUCIONAL DIRECIONADO AO PÚBLICO ESCOLAR



interação entre as ações educativas em arquivos e os debates do ensino de história pode ser observada há mais tempo. Nos países em que tradicionalmente os arquivos mantêm serviços educativos, com destaque para

a França, a participação de professores de história na coordenação das ações é recorrente (cf. Association des Archivistes Français, 1991, p. 672-691). Em muitos casos a estruturação dessas atividades atendia diretamente aos interesses curriculares dessa disciplina escolar.

Contudo, as aproximações entre as ações educativas em arquivos e os pressupostos da educação patrimonial são menos frequentes. Apesar de toda a inserção alcançada por essas ideias entre as instituições responsáveis pela preservação dos patrimônios material – móvel e imóvel – e imaterial, no que se refere ao patrimônio documental, essa vinculação ainda se mantém incipiente.

No caso do APCBH, pode-se apontar uma ação realizada no início dos anos 2000 como aquela que inaugurou uma interlocução mais consistente com os preceitos da educação patrimonial. Trata-se da produção de um vídeo institucional, com duração de 11 minutos, voltado para o público escolar. Denominada *Vídeo documento*, a peça audiovisual foi realizada em parceria com a Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH) e contou com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, com o patrocínio do Hospital Mater Dei.

Lançada em 2003, a produção apresenta uma narrativa que se desenvolve por meio da experiência do personagem central, uma criança de nome Davi. A partir de uma solicitação da professora para um trabalho escolar de pesquisa com documentos so-

bre a história da cidade, inicia-se o debate sobre a importância do arquivo tanto na vida pessoal da criança, quanto no cotidiano da cidade e da administração pública.

Ainda que o mote inicial seja uma pesquisa sobre a história local por meio de documentos, o enfoque dado no vídeo é outro. A discussão central é sobre o sentido daquele arquivo público municipal como patrimônio da cidade. Para tanto, parte-se das referências da criança: seu arquivo pessoal e a variedade de documentos que o compõem; suas vivências na cidade, como o uso do transporte coletivo; os locais que reconhece na documentação histórica, como o parque central da cidade; a importância de se preservar os documentos e os critérios utilizados para isso.

Mobilizando-se elementos reconhecíveis pelas crianças, o vídeo constrói um discurso acerca da importância do APCBH como patrimônio da cidade e do valor de sua documentação – não apenas por seu conteúdo histórico, mas também por sua relevância probatória e, por consequência, sua condição de mecanismo de afirmação da cidadania.

A adoção de tal perspectiva na elaboração de uma iniciativa educativa aproximou o APCBH de outras experiências desenvolvidas no campo do patrimônio, notadamente aquelas realizadas em museus. Ao apropriar-se de conceitos da educação patrimonial, a instituição abriu uma nova possibilidade de atuação educacional, criando uma alternativa à utilização dos documentos a serviço do ensino de histó-

ria, o que era a orientação predominante nas ações educativas até aquele momento.

O pioneirismo dessa proposta foi reconhecido, no ano seguinte, pelo Ministério da Cultura e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que elegeram, por meio do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o *Vídeo documento* a principal ação de educação patrimonial do ano.

A partir de seu lançamento, essa peça audiovisual foi incorporada às visitas monitoradas feitas na instituição. Contudo, apesar de sua perspectiva voltada para os conceitos da educação patrimonial, observou-se que a estrutura das atividades de recepção de turmas escolares na instituição se manteve a mesma, mais focada nas propostas e conceitos do ensino de história, por meio de análise de documentos do acervo institucional.

#### COLEÇÃO HISTÓRIAS DE BAIROS DE BELO HORIZONTE: PESQUISA E LEITURA DOCUMENTAL

O trabalho de pesquisa e a divulgação de seus resultados por meio de publicações voltadas para o público escolar é outra possibilidade de ação educativa em arquivos. Diferentemente de material pedagógico que apresenta apenas reprodução de documentos, esse tipo de iniciativa inclui o desenvolvimento de um texto didático e a elaboração de atividades a serem realizadas nas escolas, com a mediação do professor.

No caso do APCBH, esse viés de ação foi representado pela publicação da *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*, que se constitui no primeiro produto do Projeto Histórias de Bairros de Belo Horizonte.

Iniciado em 1999, o Projeto Histórias de Bairros de Belo Horizonte se originou da percepção de uma demanda regular pela consulta de informações sobre os bairros da cidade, especialmente pelo público em idade escolar. Muitas vezes orientados pelos professores, os alunos de ensino fundamental buscavam o APCBH em busca de dados acerca da história local, com ênfase nos bairros.

No intuito de atender a essa demanda frequente, o APCBH iniciou um levantamento de fontes em seus acervos e nos de outras instituições de memória da cidade, sistematizado a partir da divisão espacial dos bairros. Ao longo de vários anos, foram coletadas inúmeras referências da trajetória histórica desses lugares, bem como se iniciou o desenvolvimento de propostas de elaboração de produtos a partir do material reunido. Finalmente, em 2007, formou-se uma equipe para produzir uma coleção de cadernos paradidáticos voltados para o público de 9 a 12 anos – o público que buscava essas informações com mais frequência, em função da estrutura dos currículos de história e de geografia vigentes.

Com os primeiros exemplares lançados em 2008, a *Coleção* é composta por nove cadernos, além do livro do professor, e aborda os quase trezentos bairros da ca-

pital mineira, seguindo a divisão da cidade em nove regionais. Os exemplares têm, em média, 64 páginas que apresentam textos, imagens, fichas com informações básicas de cada bairro, atividades pedagógicas, linhas do tempo e mapas – produzidos especialmente para as publicações, a partir da interpretação construída nos textos didáticos.

A *Coleção* tem distribuição gratuita para todas as escolas de ensino fundamental em cotas reduzidas, constituindo material de biblioteca para ser trabalhado em grupo pelos alunos. Para evitar que se repetisse a situação já mencionada, vivida em meados da década de 1990, quando o material de ação educativa foi entregue diretamente nas escolas e apropriado por agentes individuais, utilizou-se uma estratégia diferente: o APCBH enviou cartas de divulgação do lançamento dos volumes às escolas e informou que eles seriam entregues para as bibliotecas sob demanda. Além disso, a *Coleção* foi integralmente disponibilizada, também, em formato digital, na internet (cf. Arreguy; Ribeiro, 2008).

A partir do momento em que se iniciaram as discussões para a elaboração desse material, tornou-se importante o desenvolvimento de um referencial teórico-metodológico que orientaria sua confecção. Tendo em vista a atuação da instituição e seu relacionamento com o público escolar, optou-se por produzir um material paradidático que apresentasse os resultados de uma pesquisa histórica, sem com isso fechar um debate sobre o tema, e que,

ao mesmo tempo, estimulasse o desenvolvimento de pesquisas e a consulta aos documentos sob a guarda do APCBH.

Nessa perspectiva, a principal estratégia adotada na *Coleção* foi o desenvolvimento de atividades de leitura documental a partir do material coletado ao longo do levantamento realizado nos anos anteriores. Partindo-se das discussões do campo do ensino de história, foi sistematizada uma metodologia para a abordagem do acervo, entendido como fonte histórica para o debate sobre a trajetória dos bairros.

Por meio da experiência com o atendimento de estudantes e de professores dos anos iniciais do ensino fundamental – em sua imensa maioria, não especialistas em história – nos espaços de consulta da instituição, percebeu-se que a esse público faltavam ferramentas para o exame da informação contida nos documentos. Sem um roteiro que os instrumentalizasse acerca das operações de crítica interna e externa, de cruzamento de fontes, de exame das diferentes linguagens e sua consequente interpretação, acabavam por relacionar-se de modo superficial e ingênuo com o acervo.

Tendo em vista essa situação, a apresentação de estratégias de leitura documental, por meio de atividades e de um texto explicativo veiculado no livro do professor, significava uma contribuição da instituição arquivística dentro de um processo mais amplo de ensino-aprendizagem que tem por ator principal a comunidade escolar. Reconhecendo o protagonismo de

educadores e alunos na construção de interpretações sobre a trajetória histórica dos inúmeros bairros da cidade, caberia ao APCBH desenvolver e apresentar ferramentas capazes de contribuir para um exame mais qualificado das informações contidas no acervo. Nesse sentido, ao longo das atividades, foram apresentadas seleções de documentos, agrupados a partir de um problema de pesquisa, mas que, no conjunto, eram capazes de apresentar uma variedade de suportes, formatos, linguagens, produtores, datas e abordagens.

Foram criadas atividades que buscavam promover a interação do leitor com os documentos em duas perspectivas: identificando os elementos fundamentais para a sua compreensão histórica – sujeitos históricos, produtores e receptores; temporalidades, de produção e circulação; fatos históricos, traduzidos na narrativa sobre a cidade e o problema histórico em questão – e operando com as especificidades da linguagem de cada documento – leitura de imagens fotográficas, iconográficas e cartográficas; textos oficiais da administração pública em diferentes formatos; periódicos; cartas da população etc. Com isso, tornava-se possível apontar as diferentes operações necessárias à análise das evidências. Com o uso de recursos gráficos que chamavam a atenção para tipologias variadas, enunciados que formulavam um problema e que traziam dados complementares sobre os documentos, questões que exploravam elementos internos e externos, bem como relacionavam as fontes entre si, e de proposições de debates que

estimulavam uma reflexão atual sobre o tema; estipulava-se uma possibilidade de roteiro para o trabalho não só com o *corpus* eleito pela equipe da *Coleção*, mas também aplicável a outros acervos arquivísticos.

Paralelamente, visando realizar um trabalho de formação continuada de professores e outros profissionais da escola – como bibliotecários –, desde o lançamento dos primeiros volumes da *Coleção*, oficinas vêm sendo realizadas, em parceria com as Gerências Regionais de Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.<sup>10</sup>

Por meio da experiência de elaboração da *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*, explorou-se a viabilidade de uma instituição arquivística apresentar-se como produtora de reflexões e proponente de metodologias no campo do ensino de história. Tal publicação evidencia a pertinência da atuação de outros atores na confecção de materiais didáticos.

#### VISITAS MONITORADAS AO APCBH:

##### SEGUNDO TEMPO

**C**omo lidar com a ausência de infraestrutura para a realização de ações educativas em instituições arquivísticas? É possível incorporar conceitos e práticas da educação patrimonial em uma situação desfavorável de mobilização do acervo?

Essas são algumas questões que atingem diretamente os técnicos que pretendem implantar ações educativas em arquivos públicos. Partindo-se do pressuposto da

importância da experiência direta com o bem cultural para o desenvolvimento das ações de educação patrimonial, a ausência de exposições ou de espaços para oficinas são um obstáculo para a real efetivação de práticas capazes de propor uma reflexão interativa sobre sentidos do patrimônio documental mantido pelas instituições arquivísticas.

Tais desafios marcaram a experiência mais recente do APCBH, a qual consistiu na definição de uma proposta de reformulação das chamadas visitas monitoradas. Realizada desde meados da década de 1990, como apontado anteriormente, essa modalidade de ação mantinha um estreito diálogo com as questões do ensino de história, notadamente pelos vieses da análise documental e da história local. Orientadas pela relação próxima do público escolar com os espaços de consulta da instituição, as visitas tentavam atender às demandas de aprofundamento no estudo da trajetória histórica de Belo Horizonte.

Por uma série de motivos, com destaque para as transformações curriculares das escolas de ensino fundamental, com a valorização de projetos transversais em detrimento de conteúdos compartimentados nas tradicionais disciplinas, e para a redução das pesquisas presenciais em detrimento das consultas *on-line*, observou-se uma modificação das demandas e dos objetivos dos professores que procuravam o APCBH para o agendamento de visitas. Atualmente, a ênfase recai muito mais sobre um debate mais amplo sobre o do-

cumento, seus sentidos para elaboração de identidades e memórias individuais e coletivas e sua relação com a produção de conhecimento histórico, do que sobre o trabalho com a história local.

Paralelamente a essa transformação, dois fatores constituíram oportunidade para uma reformulação das visitas monitoradas ao APCBH em 2011. O primeiro deles se refere à participação da instituição em um projeto da Secretaria Municipal de Educação denominado Circuito de Museus.<sup>11</sup> Essa experiência, ao longo do ano, foi essencial para guiar a equipe no exame dos limites e das possibilidades para a mudança das visitas. Com a inserção no projeto, além do aumento da quantidade de atendimentos, também foi possível que a equipe do Arquivo obtivesse um retorno qualitativo dos alunos quanto às visitas, uma vez que, ao completar o Circuito, os estudantes apresentam um produto como trabalho de conclusão no formato de uma exposição. Essa tem por objetivo mostrar o que cada turma apreendeu das visitas às instituições, qual conhecimento foi agregado após essas visitas e como os estudantes representam esse novo aprendizado.

Esses trabalhos, somando-se a uma longa experiência de visitas à instituição, indicaram que havia uma dificuldade dos alunos se reconhecerem nesse espaço, bem como perceberem-no como um lugar de memória e patrimônio inserido em suas vidas e mesmo no cotidiano da cidade. O trabalho com a história local por meio de documentos fotográficos soava como mais uma aula,

não permitindo a construção de uma ideia sobre a relação entre aquele acervo e a instituição responsável pela sua guarda.

A ausência de espaços de exposição ou de uma interação mais direta com o acervo, ao contrário do que acontecia nas outras instituições visitadas pelos alunos, gerava uma dificuldade de apreensão desse espaço como um lugar de memória. As avaliações da visita monitorada ao APCBH mostraram que, muitas vezes, a experiência era frustrante: estudantes, e mesmo professores, compreendiam-na como mais uma visita a um museu, sem os atrativos de um museu. Afinal, que lugar era esse, onde se realizava uma visita e não havia o que ver?

Apesar do modelo de visita ter uma preocupação com a construção de um elo entre o estudante e a instituição – por meio, por exemplo, da apresentação do *Vídeo Documento* –, isso parecia se dissolver no decorrer do encontro e diante das expectativas dos visitantes. A própria experiência de percorrer as áreas de trabalho e de depósito do APCBH mostrava-se pouco articulada às demais atividades, dificultando uma construção de sentido para aquela vivência.

Frente a essas reflexões, uma segunda situação significou uma oportunidade de reestruturação da atividade. Foi o Projeto Arquivo 20 Anos, ação de comemoração e reflexão sobre a trajetória da instituição nas últimas duas décadas, que permitiu aporte financeiro para o desenvolvimento de inúmeras iniciativas, como seminário,

exposição, tratamento do acervo institucional, dentre outras.<sup>12</sup>

No escopo do Projeto Arquivo 20 Anos, realizou-se a reformulação da visita ao APCBH, que contou com recursos para contratação de consultoria na área, produção de sinalização interpretativa no espaço da instituição, impressão de *fac-símiles* e compra de material para composição de *kits* pedagógicos.

O primeiro grande desafio para a implantação de uma nova proposta de visita monitorada à instituição era superar suas limitações físicas. Via de regra, ao realizar excursões a espaços de memória, professores e alunos carregam algumas expectativas que envolvem não só a exploração de uma exposição, mas também outros momentos como, por exemplo, a confraternização por meio de um lanche. Essas vivências não respondem apenas a demandas do grupo, mas são importantes na estruturação de um processo educativo que se pauta no contato direto com o bem cultural e no estabelecimento de múltiplas relações, inclusive as de ordem sentimental.

Assim, reconhecendo-se a inviabilidade dessas experiências, foi necessário estruturar a visita de modo a proporcionar outras vivências capazes de produzir reflexões acerca do lugar do patrimônio documental na vida da cidade e no cotidiano dos alunos.

O conceito que embasa o projeto – “É importante? Vamos preservar!” – sintetiza o objetivo geral do novo modelo de visita

e representa o diálogo entre elementos dos campos da educação patrimonial e do ensino de história, incorporados à cultura da instituição ao longo de sua trajetória.

Em consonância com as discussões atuais do campo de educação patrimonial, a visita passou a ser compreendida como parte de um processo da formação do estudante na vida em sociedade, como sujeito e cidadão, mais do que como um momento de apresentação formal da instituição arquivística e de seu acervo. Desse campo também foram incorporadas experiências e reflexões sobre a sinalização interpretativa dos espaços (cf. Murta; Goodney, 2002), visando promover a interação entre os estudantes e o APCBH.

Agudizou-se, também, a proposta de estabelecer uma relação entre a documentação do acervo do APCBH e os documentos dos alunos, produzidos e recebidos por eles em seu dia a dia, presente tanto no *Vídeo Documento* quanto no formato anterior da visita. Com a intenção de mostrar como cada arquivo pode ser constituído de uma forma, dependendo de sua natureza e finalidade, promove-se uma reflexão sobre a importância atribuída a algo – que implica seu enquadramento na categoria “documento” e a decisão de preservá-lo.

A busca de uma aproximação entre a instituição e o cotidiano do estudante implica ainda a desconstrução da ideia do senso comum de que arquivar é guardar, no sentido de vigiar, aprisionar, restringir o acesso. Pretende-se trabalhar o conceito de que arquivar é guardar, no sentido de

preservar, o que implica atribuir sentido e ordem aos documentos, conservar sua integridade física, na medida do possível, e garantir o acesso a eles – uma zona de franca interseção entre os campos da educação patrimonial e o ensino de história.

Para tanto, os alunos recebem dicas de como armazenar a sua documentação e de materiais, encontrados em papelarias ou mercados, que podem ser usados na preservação de seus acervos. Além disso, são disponibilizados recursos, sob a forma de um *kit* pedagógico,<sup>13</sup> que auxiliam os estudantes a serem, eles próprios, responsáveis pela preservação dos documentos que constituem a sua identidade.

A noção de documento foi ressignificada. Juntamente com a preocupação própria do ensino de história de desconstruir a noção de documento como algo antigo, escrito e oficial, tomando-o como qualquer produção humana portadora de informação, incorporou-se o debate da área de arquivos, referente à valoração desses registros e da definição daqueles que serão elevados à condição de patrimônio, ou, na linguagem do campo, acervo permanente. Além disso, propôs-se a percepção das diferentes possibilidades de constituição de conjuntos arquivísticos, destacando-se o referencial do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e a delimitação de seu acervo pela atuação do poder público municipal.

Assim, não se perde a dimensão da importância do acervo como evidência para a construção da história local, mas ampliasse o conceito. Por meio da utilização de

*fac-símiles*, desenvolve-se uma atividade lúdica que propõe uma reflexão sobre os diferentes formatos e suportes dos documentos de arquivo e de seu valor informacional.

A mediação dos técnicos e estagiários do APCBH foi mantida, contudo procurou-se reforçar o caráter dialógico da atividade. Reconhecendo-se as recentes contribuições do campo da educação patrimonial, busca-se elaborar uma reflexão sobre as inúmeras possibilidades de constituição de acervos arquivísticos, em debate com os diferentes agentes envolvidos no processo de consagração do patrimônio documental. Com isso, procurou-se romper com um discurso de poder que elege os arquivos como os únicos capazes de validar acervos como de valor permanente.

Contudo, a principal transformação na estrutura da visita refere-se à tentativa de constituir-se uma vivência capaz de proporcionar ao aluno uma relação com o espaço da instituição e com seu acervo. Permitindo que ele, não só por meio do mediador, mas também através da observação e das sensações, fosse capaz de elaborar sua própria noção do APCBH e estabelecer vínculos individuais com o patrimônio documental ali custodiado.

Nessa perspectiva, foi criada uma sinalização interpretativa no espaço, garantida pela inserção de plotagens, cuja identidade visual é dada pela presença de uma mascote.<sup>14</sup> Um novo percurso pelo espaço da instituição faz com que os visitantes perfaçam um circuito interno, visitando

diferentes depósitos, onde se encontram documentos que ainda não foram tratados e arranjados. Essa alteração permite maior riqueza de experiências, pois os alunos poderão observar os diferentes ambientes onde se encontra a documentação em fases distintas dentro de um arquivo. Isso permite não apenas uma percepção melhor do trabalho da instituição, mas, sobretudo, de que preservar documentos é um trabalho dinâmico, um processo em constante andamento.

Ao longo do trajeto, os alunos são provocados pela sinalização interpretativa que apresenta frases, em geral, questionadoras.<sup>15</sup> A ideia básica das intervenções pontuais no espaço físico do Arquivo é instigar a curiosidade e a reflexão dos alunos.

Nessa perspectiva, frente à ausência de espaços próprios, as áreas de trabalho e de depósito da instituição são apropriadas. Perseguindo-se o princípio da experiência direta, é proposta uma reflexão sobre o patrimônio documental a partir do conhecimento de suas condições de tratamento, de sua materialidade e de seu conteúdo, buscando-se aproximá-lo de referências cotidianas que marcam a vida das crianças e as relações com suas identidades e suas memórias individuais e coletivas.

Compreendendo-se que a educação patrimonial prevê processos, a visita monitorada é entendida como um momento de sensibilização, no qual, por um lado, a equipe do APCBH se aproxima das diferentes concepções que a comunidade escolar carrega acerca das instituições arquivísticas e das

noções de acervo e de documento e, por outro, o público percebe-se não só como usuário, mas também como produtor e custodiador de documentos e, portanto, responsável por sua preservação.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contemporaneamente, os debates sobre o papel e as possibilidades de intervenções educativas em instituições arquivísticas têm ganhado corpo, tanto em função da crescente demanda social por essas atividades,<sup>16</sup> quanto do adensamento das discussões no campo da arquivologia.

A partir do exame de algumas ações educativas realizadas no âmbito do APCBH, nas últimas duas décadas, foram discutidas as contribuições teórico-metodológicas que os campos do ensino da história e da educação patrimonial podem oferecer para a construção de referenciais para o desenvolvimento de projetos educativos em arquivos, especialmente arquivos públicos, cuja natureza de acervo, gestão e função social guarda algumas especificidades.

O exame realizado permite afirmar que, a partir de seu lugar institucional, de suas vivências e de seus debates próprios, os arquivos são capazes de contribuir em processos educativos – escolares e não escolares –, agregando novas questões e novas abordagens a antigos problemas. Para que isso se realize, é fundamental que a instituição compreenda-se não como único ator desses processos, mas como um dos participantes que desenvolve a cena.

Para tanto, é preciso que a instituição arquivística reconheça os lugares sociais e as especificidades dos sujeitos com quem interage, bem como a legitimidade de suas diversas demandas. Além disso, que considere, ao projetar e desenvolver essas ações, as inúmeras mediações que perpassam os saberes por ela produzidos e, especialmente, as múltiplas possibilidades de apropriações dos acervos que custodiam.

Uma contribuição central da educação patrimonial para o desenvolvimento das ações educativas em arquivos é a compreensão de que seu público-alvo, em última instância, são os sujeitos do processo de valorização e preservação dos bens culturais – e que esse processo é dinâmico e interminável. Os acervos documentais, como parte do patrimônio cultural de uma dada coletividade, não podem ser des-

vinculados desses sujeitos nos projetos educativos, tratados como objeto em si mesmos, com importância independente da relação que têm com suas comunidades de origem. Cultivar a relação entre esses dois pólos – acervo e comunidade –, fortalecendo os elos de pertencimento e de identidade, pode contribuir para a atribuição de valor simbólico aos arquivos e para a ampliação do entendimento da noção de cidadania dos consulentes.

A importância de se pensar no processo de construção de capacidades de leitura de registros históricos – aqueles que constituem a essência dos acervos documentais – e possibilitar uma leitura mais densa e diversa da história regional e local são, por sua vez, contribuições fundamentais do ensino de história para o desenvolvimento de ações educativas nas instituições arquivísticas.

## N

## O

## T

## A

## S

1. A chamada Lei Nacional de Arquivos, lei federal n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, foi referência para a legislação que orientou a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, lei municipal n. 5.900, de 20 de maio de 1991, e que estabeleceu uma política municipal de arquivos, lei municipal n. 5.899, de 20 de maio de 1991.
2. A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada em 12 de dezembro de 1897, planejada para ser a capital do estado de Minas Gerais. Ao longo de sua história, os acervos documentais da prefeitura foram tratados de diferentes formas, alternando-se períodos de manutenção de arquivos administrativos, com fases de realização de grandes expurgos. As diversas massas documentais foram acumuladas em condições variadas. Até a criação do APCBH, a administração municipal nunca havia estruturado um serviço de acesso público ao acervo (cf. Parrela, 2005).
3. Em seus cinco primeiros anos, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte ocupou três locais diferentes, os quais ofereciam poucas condições para o armazenamento e o tratamento do acervo. Em 1996, um prédio foi alugado e reformulado para receber a instituição, constituindo-se até hoje na sede do APCBH. Apesar de remodelado, o edifício não prevê espaços para ações de difusão, à exceção de uma sala multiuso criada em 2007, em um processo de reformulação do layout das áreas de trabalho. Assim, não se conta com auditório, sala de exposição, espaço para lanche etc.

4. Os arquivos franceses têm se ocupado, desde a década de 1950, em implementar, avaliar e refletir sobre uma política de ação educativa e cultural. As experiências ali realizadas vêm sendo relatadas e disponibilizadas ao público interessado em diferentes publicações. Para mais informações, cf. <[www.archivesdefrance.culture.gouv.fr](http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr)>.
5. No processo de implantação de serviços educativos nos arquivos franceses, ao longo da década de 1950, a presença dos professores de história foi marcante, em razão de terem sido os primeiros a assumirem os postos de responsáveis pelas ações dessa natureza (cf. *Association des Archivistes Français*, 1991, p. 672-691).
6. A dinâmica de estruturação inicial do campo do ensino de história se deu a partir da organização de dois eventos de discussão de questões atinentes a ele: o Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História – ENPEH, cuja primeira edição foi realizada em 1993 e é voltado para um público de pesquisadores, como o próprio nome indica; e o *Perspectivas do Ensino de História*, cuja primeira edição ocorreu em 1988, ainda sob o formato de seminário, e que é voltado para um público mais amplo, incluindo professores de história da educação básica. Ambos os encontros existem ainda e constituem-se em importantes fóruns para os debates do campo no Brasil, além do GT de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História – ANPUH, criado em 1997, quando as discussões sobre o tema já integravam os simpósios e as publicações da Associação, e da Associação Brasileira de Ensino de História – ABEH, criada em 2006 (cf. Mesquita, 2008).
7. Nesse ano de 1997, de comemoração do centenário de Belo Horizonte, vários foram os projetos educativos sobre a história da cidade desenvolvidos para o público escolar no âmbito da administração municipal, muitos deles com a produção de materiais didáticos. Até então, eram poucas as informações sistematizadas sobre a história da capital acessíveis a esse público.
8. A seleção do acervo fotográfico utilizado ao longo das visitas se deu principalmente dentro da Coleção José Goês, conjunto constituído por um fotógrafo local, o qual está, até hoje, entre a documentação mais consultada pelos diferentes pesquisadores. A partir das imagens do passado, foram produzidos registros atuais dos mesmos locais, de modo a permitir um debate sobre as permanências e as transformações do espaço urbano.
9. Segundo Mattozzi (2008), a realização de ações de educação patrimonial encerra algumas condições: “A primeira condição é que as experiências de aprendizagem se desenvolvam com a utilização dos bens culturais originais: monumentos, arquiteturas, fontes de arquivo, peças de museus, sítios arqueológicos, quadros autênticos etc. A segunda condição é que sejam objeto de observação e de uso para produzir informações. A terceira condição é que esses sejam colocados em relação com o contexto e com a instituição que os tutela. A quarta condição é que se promova a tomada de consciência de que são a minúscula parte de um conjunto muito mais amplo que permite o conhecimento do passado e do mundo, o prazer de conhecer, a fruição estética. As últimas duas condições requerem que se generalize a descoberta do valor dos bens culturais usados e das instituições e dos sujeitos que os tutelam e os estudam”.
10. Reflexões e análises sobre o processo de produção e divulgação dessa coleção foram sistematizadas em dois textos (cf. Ribeiro; Santos; Hermeto, 2010 e 2011).
11. O projeto Circuito de Museus se configura numa parceria entre a Secretaria Municipal de Educação (SMED) e diferentes instituições da cidade voltadas para a memória, as artes e as tecnologias, organizadas em três grupos: Circuito Ciências e Tecnologia, Circuito Artes Plásticas e Circuito Histórico. Ao pleitear a participação, o professor opta por um dos circuitos, devendo percorrer com seus alunos as instituições que o compõem, após apresentar um projeto pedagógico próprio, relacionado à temática. O APCBH integra o Circuito Histórico, que era composto, em 2011, por mais três instituições: o Museu Histórico Abílio Barreto, o Memorial Minas Vale e o Museu de Artes e Ofícios. Em 2012, apenas as duas primeiras continuam, junto com o APCBH, nesse circuito.
12. O Projeto Arquivo 20 Anos contou com recursos da FAPEMIG e da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte e com a parceria do curso de arquivologia, ligado à Escola de Ciência da Informação da UFMG, e da Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (ACAP-BH). Alguns de seus resultados podem ser conferidos pelo endereço <<http://www.pbh.gov.br/cultura/arquivo>>.
13. Os *kits* são compostos de materiais de proteção individual (luvas e máscara), de materiais para pequenas intervenções (lápis 2B, borracha para ser ralada, tecido e fitilho para confecção de sachê), de materiais menos reagentes (clipes de plástico, cadarço de algodão) e de material para receitas domésticas e afastamento de pragas (cravo-da-índia e pimenta-do-reino). Além disso, contém um folder explicativo e o chamado passaporte do pesquisador, documento de identificação a ser utilizado pela criança no seu retorno à instituição.
14. A mascote da ação educativa é um caracol, cuja concha é a cidade de Belo Horizonte – identificada especialmente pelo viaduto Santa Tereza, uma referência urbana importante –, uma metáfora da

estreita relação entre os sujeitos históricos e o lugar onde vivem, de como ambos se definem mutuamente e devem zelar um pelo outro.

15. Na Sala de Visitas, onde se inicia o diálogo, a parede de frente para as cadeiras onde os estudantes se posicionam propõe que se pense: “Arquivo!? Que arquivo?”. Na mesa da antessala da Conservação, onde são apresentadas as noções básicas de preservação documental, há um conjunto de ilustrações de objetos usados em procedimentos técnicos junto com a frase que traduz o conceito básico do projeto – “É importante? Vamos preservar!”. No alto da escada que conduz aos depósitos de documentos, a última parte da visita, questiona-se: “E aí, onde estão os documentos?”. Finalmente, entre o depósito de documentos não arranjados e o de documentos arranjados, uma última provocação: “Vale a pena arrumar essa bagunça?”.
16. Vale lembrar que a criação de serviços educativos em arquivos públicos foi uma das demandas aprovadas pela I Conferência Nacional de Arquivos realizada em Brasília, em dezembro de 2011.

## Referências Bibliográficas

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. *Vídeo documento*. Belo Horizonte, 2003. 11 min. Color.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas (coord.). *Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: informação e memória*. Belo Horizonte: PBH/FMC, 2007. Disponível em <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=17587&lang=pt\\_BR&pg=6742&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=17587&lang=pt_BR&pg=6742&taxp=0)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas; RIBEIRO, Raphael Rajão (coord.). *Coleção Histórias de Bairros de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=16825&lang=pt\\_BR&pg=6742&taxp=0](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=arquivopublico&tax=16825&lang=pt_BR&pg=6742&taxp=0)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS. *Manuel d'archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: Archives Nationales, 1991.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: \_\_\_\_\_. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, p. 227-247, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BARRETO, Elba Siqueira de Sá (org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. Campinas; São Paulo: Autores Associados; Fundação Carlos Chagas, p. 128-161, 1998. (Coleção Formação de Professores).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais*. História. Brasília: MEC, SEF, 1998.

CAIMI, Flávia Eloisa. Meu lugar na história: de onde eu vejo o mundo? In: OLIVEIRA, Margarida Dias de (coord.). *História: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 59-82, 2010. (Coleção Explorando o Ensino, v. 21).

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e ensino de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GRUNBERG, E.; HORTA, M. L. P. *Guia básico de educação patrimonial*. Rio de Janeiro: IPHAN; Museu Imperial, v. 1, 1999.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia Historia*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 581-597, jul./dez. 2011.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de história e educação para o patrimônio. *Educação Em Revista*, Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982008000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982008000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 10 abr. 2012.

MESQUITA, Ilka Miglio de. *Memórias/identidades em relação ao ensino e formação de professores de história: diálogos com fóruns acadêmicos*. 2008. Tese (Doutorado em Educação), Campinas, Unicamp.

MURTA, Stela Maris e GOODNEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, Stela Maris e ALBANO, Celina (orgs.). *Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, p. 13-46, 2002.

PARRELA, Ivana D. O patrimônio documental na política de preservação da memória de Belo Horizonte. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, 23., 2005, Londrina (PR). Edição Complementar dos *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina: UEL, v. 1, 2005, p. 1-8.

PEREIRA, José Hermes Martins. Notas sobre II Encontro Nacional de Educação Patrimonial: Iphan, Ouro Preto, 17 a 21 de julho de 2011. Disponível em: <<http://educacaopatrimonial.wordpress.com/publicacoes-e-referencias/>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

RIBEIRO, Raphael Rajão; SANTOS, Alessandra Soares; HERMETO, Miriam. A Coleção "Histórias de Bairros de Belo Horizonte": uma ação educativa do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. In: OLIVEIRA, Leônidas José de. (org.). *Caderno de Textos – Inverno no MHAB – 2010*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, p. 35-47, 2010.

RIBEIRO, Raphael Rajão; SANTOS, Alessandra Soares; HERMETO, Miriam. Do arquivo às salas de aula: pesquisa e concepção de uma coleção paradiática sobre história local. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DO ENSINO DE HISTÓRIA, 9., 2011, Florianópolis. *Anais Eletrônicos...* Florianópolis. Disponível em: <<http://abeh.org/trabalhos/GT10/tcompletoraphael.pdf>>. Acesso em: 10 abr. de 2012.

## R E S U M O

O artigo analisa um conjunto de ações educativas desenvolvidas no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, visando compreender o seu desenvolvimento teórico-metodológico, que se fez em diálogo com a produção dos campos de ensino de história e educação patrimonial. Ele é também um esforço de compreensão das contribuições desses dois campos de referência para a ação educativa em arquivos.

*Palavras-chave: ação educativa em arquivos; visita monitorada; educação patrimonial; ensino de história.*

## A B S T R A C T

The article analyses a set of educative actions developed in the Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Its aim is to understand the theoretical and methodological development of those actions, which was done in an open dialogue with the production in the history and heritage education fields. It is also an effort to perceive the contributions of those fields as references to the educational action in archives.

*Keywords: educative action in archives; guided visit; heritage education; teaching of history.*

## R E S U M É N

El artículo analiza un conjunto de acciones educativas desarrolladas en el Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, con vistas a comprender su desarrollo teórico y metodológico, llevado a cabo a través de un franco diálogo con la producción en los ámbitos de la enseñanza de historia y educación patrimonial. El también pone de manifiesto un esfuerzo de comprensión de las aportaciones de esos dos ámbitos de referencia para la acción educativa en archivos.

*Palabras clave: acción educativa en archivos; visita monitoreada; educación patrimonial; enseñanza de historia.*